

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.460.111 - PR (2019/0058405-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : SEBASTIANA RIBEIRO
ADVOGADOS : DOUGLAS MOREIRA NUNES E OUTRO(S) - PR031190
EMERSON CARLOS DOS SANTOS - PR032078

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por pelo **INSS**, desafiando decisão da Vice-Presidência do Tribunal Regional da 4ª Região, que não admitiu recurso especial, com base nos seguintes fundamentos: (I) a aplicação da Súmula 7/STJ e também (II) a incidência da Súmula 83/STJ.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

Com efeito, a parte agravante não impugnou, especificamente, a aplicação da Súmula 83/STJ.

No caso, caberia ao recorrente demonstrar que o entendimento jurisprudencial não está pacificado no mesmo sentido do acórdão recorrido ou, ainda, que o precedente não se aplicaria ao caso dos autos. Nesse sentido: **AgRg no REsp 1.254.077/SP**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/11/2011.

A propósito, destaca-se que é insuficiente para impugnar a referida incidência da Súmula 83/STJ à espécie a afirmação de que "*Saliente-se, desde logo, que a restrição ao conhecimento do Recurso Especial nos termos da Súmula 83 do STJ - Não se conhece de recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida - como se denota da simples leitura do enunciado, constitui óbice apenas para os recursos interpostos pela alínea "c" do inciso III, art. 105 da CF/88, por divergência jurisprudencial.*" (fl. 304).

Isso porque tal alegação não infirma o juízo formulado pela decisão agravada, à míngua da demonstração de situação particular do caso concreto que

justificasse o afastamento do referido óbice.

Incide, desse modo, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Ministro Luís Felipe Salomão, DJe de 30.11.2018.

ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator